

A RACIONALIDADE ORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DE DISTINTAS CONCEPÇÕES ORGANIZACIONAIS

Fernando Nitz de Carvalho (CPGA/UFSC)¹

Resumo: Nas organizações pode-se observar em sua essência uma racionalidade instrumental ou substantiva de forma holística. Para compreensão do desenvolvimento necessita-se o estudo da democracia contemporânea e das suas três esferas sociais: Estado, sociedade civil e mercado. Atualmente o mercado domina as relações entre os atores sociais ofertando valores e uma concepção de mundo, não respeitando a pluralidade dos indivíduos e das organizações. Entretanto, em alguns governos o Estado centraliza as ações e as políticas públicas subjucando a sociedade civil que se torna reprimida e enclausurada. Apenas com o equilíbrio entre os agentes e as instituições das três esferas permite-se atingir um novo modelo de desenvolvimento. Adicionalmente, observa-se uma relação entre a racionalidade e diferentes modelos de desenvolvimento, sendo que o modelo de desenvolvimento tradicional resultou na precariedade da dimensão ecológica e social. Nesta pesquisa objetiva-se analisar a racionalidade instrumental e substantiva na perspectiva do desenvolvimento, pois estas diferentes visões de mundo podem resultar em modelos de desenvolvimento completamente opostos dentro de novas formas organizacionais ou em organizações tradicionais. Neste contexto, os resultados apontam para emergência da reflexão de um novo modelo de desenvolvimento relacionado com uma racionalidade substantiva.

Palavras-chaves: Racionalidade, Desenvolvimento, Organizações.

1 INTRODUÇÃO

No contexto das organizações pode-se observar um espaço no qual está presente a racionalidade instrumental, a substantiva ou um meio termo entre ambas. A racionalidade substantiva objetiva a auto-realização, o entendimento, o julgamento ético, a autenticidade e valores emancipatórios. Em contrapartida, na racionalidade instrumental encontram-se elementos de utilitarismo, desempenho, hierarquias rígidas, cálculo e maximização dos recursos. Acredita-se existir um predomínio da racionalidade instrumental nas organizações quando os objetivos da entidade não sofrem reflexões devidas e encontra-se uma racionalidade instrumental em seu âmago, influenciado pelos modelos tradicionais da administração. Além disso, percebe-se uma relação entre a racionalidade das organizações e a promoção de diferentes modelos de desenvolvimento nas organizações.

Os estudos que visam à promoção de um novo modelo de desenvolvimento iniciam-se diante da crise do desenvolvimento na visão clássica e ortodoxa focado nos valores meramen-

¹ fncarvalho@yahoo.com.br

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

te econômicos. Desta forma, com o intuito de uma nova dimensão de desenvolvimento com ênfase no territorial, no local, agregando durabilidade e sustentabilidade, possibilitado somente com uma ampliação da participação cidadã e reforço nos valores éticos (ANDION, 2003).

Para compreensão do desenvolvimento necessita-se o estudo da democracia contemporânea e das suas três esferas sociais: Estado, sociedade civil e mercado. Atualmente o mercado domina as relações entre os atores sociais ofertando-os valores e uma concepção de mundo, não respeitando a pluralidade dos indivíduos e das organizações. Entretanto, em alguns governos o Estado centraliza as ações e as políticas públicas subjulgando a sociedade civil que se torna reprimida e enclausurada. Apenas com o equilíbrio entre os agentes e as instituições das três esferas permite-se atingir um novo modelo de desenvolvimento.

Partindo-se da sociedade civil pode-se explicar sobre as teorias do desenvolvimento. Em uma abordagem tradicional das teorias do desenvolvimento obtém-se um foco meramente econômico, associado ao crescimento linear e progressivo. Todavia, em seguida os modelos começaram a ser questionados, com críticas ao mercado e ao sistema que prioriza a acumulação de capital de forma indiscriminada e predatória. Ressalta-se que mesmo um crescimento econômico associado ao crescimento social também não se torna necessariamente sustentável, pois quando os recursos naturais são consumíveis em um tempo insuficiente de recuperação pode resultar em um crescimento apenas por um período limitado.

O modelo de desenvolvimento capitalista resultou na precariedade da dimensão ecológica e social. Entretanto, a crise das concepções tradicionais não originou diretamente uma nova concepção, pois a viabilidade do sucesso sustentável, ao invés de temporário que o modelo tradicional proporcionou ainda está em aberto (BIHR, 1998).

Diante do exposto, nesta pesquisa objetiva-se analisar as racionalidades instrumental e substantiva na perspectiva do desenvolvimento, pois destas diferentes visões de mundo podem resultar modelos de desenvolvimento completamente opostos dentro de novas formas organizacionais ou em organizações tradicionais.

2 QUADRO TEÓRICO – RACIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO

Com o intuito de desafiar os pressupostos de valores e de legitimidade da prerrogativa da gestão que são tidos como verdades absolutas dentro das filosofias de gestão convencional, surge uma nova concepção de valores emancipatórios. Nestes valores destaca-se uma transformação e aprimoramento social, direcionando para o bem-estar coletivizado, com respeito à pluralidade e liberdade, comprometendo o indivíduo e o coletivo, com ênfase na solidariedade. A concepção de emancipação em uma perspectiva individual e coletiva no trabalho, reflexo da racionalidade em organizações produtivas ou não, aflora na abordagem substantiva. Então, ao analisar as práticas administrativas em um viés instrumental e utilitarista, ou em práticas substantivas visando o coletivo e bem-estar, calcadas em valores éticos e princípios sociais e políticos. O estudo da racionalidade remete-se a pesquisas de ciências sociais, comportamentais e administrativas, sendo complexo, com interações e abordagens múltiplas.

Em um aspecto relevante para a teoria das organizações pode-se analisar se em um ambiente está presente em maior quantidade a racionalidade instrumental ou substantiva. A racionalidade substantiva tem como elementos constitutivos de auto-realização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia, ou seja, encontram-se

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

elementos de coletividade e pluralidade. Todavia, em síntese, na racionalidade instrumental encontram-se elementos de utilitarismo, desempenho, hierarquias rígidas, cálculo e maximização dos recursos, sendo as duas racionalidades completamente opostas e antagônicas (SERVA, 1997).

Admite-se uma preponderância de racionalidade instrumental nas organizações nas quais se assume os objetivos da entidade como metas pessoais sem a devida reflexão se essas metas derivam em uma satisfação pessoal do indivíduo. Observa-se em novas formas organizacionais, como organizações da sociedade civil, sem o objetivo lucrativo, muitas vezes uma racionalidade instrumental em seu seio, influenciado pelos modelos convencionais da administração. Então, reside um pressuposto que um gestor na tomada de decisão utiliza uma racionalidade calculista e técnica, abandonando-se os valores, os princípios morais e éticos.

Desta forma, destaca-se que existe uma outra via, um caminho alternativo que o gestor pode quebrar este paradoxo, permitindo-se uma racionalidade substantiva. Nesta nova abordagem valores éticos e morais que buscam um bem-estar individual, mas também coletivo, permitindo aflorar valores emancipatórios. Com uma racionalidade substantiva observa-se que uma concepção diferenciada das organizações e da sociedade pode ser trabalhada e compreendida (SERVA, 1997).

Um aparte especial faz-se necessário para as novas formas organizacionais e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, pois muitas delas também possuem uma racionalidade instrumental em seus processos administrativos e em sua estrutura. Isto ocorre devido estas organizações estarem inseridas em um contexto onde não se apresenta um caminho alternativo, seja por observação das organizações tradicionais, seja pela acadêmica e literatura demasiadamente focada em técnicas objetivas e redondas, colocando-se tudo em pacotes prontos e encerrados.

Então, destaca-se que a tomada de decisão e o planejamento empresarial possibilita um novo olhar sobre os processos, ultrapassando os limites formais da organização e ampliando-se para a sociedade em geral. Assim, ocorre a compreensão de outra racionalidade não por escolha, mas principalmente por necessidade dentro da concepção de racionalidade do gestor em uma abordagem substantiva onde elementos constitutivos de entendimento, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia, podem-se derivar na auto-realização da coletividade, valorização do indivíduo e as organizações assumindo um papel relevante em um novo modelo de desenvolvimento e prosperidade.

O fato de ciclos macroeconômicos, em contrapartida, de que certas regiões com prosperidade perene, tornam-se uma incógnita nas teorias econômicas tradicionais (BENKO & LIPIETZ, 2000).

O Desenvolvimento visto como progresso ou evolução torna-se inerente dos seres humanos e caminha paralelamente com o surgimento da humanidade. Contudo, ao observar o desenvolvimento inserido na Ciência ocorre uma delimitação, focando-se nos últimos séculos. Adicionalmente, o tema ambiental entra em evidência nos estudos acadêmicos e jornalísticos, mostrando-se relevante para a prática gerencial. Independente do atual modismo temático torna-se claro, em virtude das evidências empíricas, que a relação entre a sociedade e o meio ambiente tem que ser repensada. Os enfoques de gestão voltados para o ambiental devem buscar pró-atividade, agindo principalmente de forma antecipativa e preventiva. A discussão sobre os sistemas alternativos e valores sóciopolíticos, em um contexto de interdependência, carência de indicadores sociais e ecológicos fidedignos constitui com ponto de partida para novos projetos de sociedade. Além da interação entre a esfera científica e a política que favoreça a ação planejadora, por meio de instrumentos metodológicos apropriados. Apesar da po-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

tencialidade do ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável existem limites na discussão atual.

Observa-se que o homem sempre molda seus conhecimentos, atitudes e comportamentos com a coação impostas pelo meio natural. Entretanto, a diferenciação dos recursos renováveis dos não renováveis inexistem nos modelos tradicionais, pois a atribuição de valores a elementos naturais públicos gera problemas metodológicos polêmicos. Ressalta-se a importância do engajamento dos atores no processo de assumir a qualidade em um contexto espacial da gestão da natureza, sendo o homem o grande interessado em perpetuar sua espécie. Torna-se relevante estabelecer a qualidade local e de proximidades, a qualidade global e a interação sendo simultaneamente micro-ator e macro-ator. A noção de desenvolvimento depende da concepção de qualidade, dos atos e da gestão dos envolvidos, individual e coletivo, das relações e negociações. Ainda existem desafios a serem ultrapassados como a gestão de recursos para comuns para o ecodesenvolvimento, evitando que alterações ambientais irreversíveis sejam realizadas e o aperfeiçoamento dos conhecimentos socioecológicos. Além disso, o papel da comunidade e de instituições na mudança social focada na gestão comunitária e na compreensão ecológica objetiva-se na viabilidade de novos projetos com um púbere relacionamento com o meio ambiente.

Em um modelo de desenvolvimento focado no território, observam-se três características centrais: a sociedade e a comunidade em equilíbrio; o funcionamento e a organização dos sistemas produtivos locais são marcados pela historicidade e pela memória coletiva e a reciprocidade. Neste aspecto o território é delimitado pelos autores em um processo eminentemente geográfico (PECQUEUR, 2006).

Os desafios para os novos projetos focados no desenvolvimento social, ecológico e territorial são significativos. Pensar somente em organizações virando de costas para a sociedade torna-se uma falácia, em outra via, ignorar o papel das organizações pode ser o fechamento dos olhos para um importante agente facilitador e em alguns momentos protagonista.

Os recursos naturais são consumíveis de forma indisciplinada devido a não mensuração econômica de recursos os quais não se possui a propriedade. A ação nos modelos de gestão dita sustentável por muitas vezes limita-se em diminuir os impactos, sendo então “coeficientes” apenas se comparados com os modelos fabris tradicionais, mas não sendo ecoeficientes se comparados com a recuperação dos recursos. O papel dos administradores, economistas e contadores neste contexto é gigante, pois estando no coração das organizações, seja como decisores ou como geradores de informação, cabe ao profissional entender este novo ambiente e a conscientização dos atores envolvidos.

Encontram-se quatro dimensões básicas no estudo territorial: o abandono do horizonte meramente setorial; a percepção confusa entre o crescimento econômico e o processo de desenvolvimento; o estudo empírico dos atores e das organizações para a compreensão da situação; e o território como reflexo dos recursos sociais e ecológicos (ABRAMOVAY, 2006).

Além disso, o papel enquanto administrador é latente, pois com metodologias adequadas e consorciadas com outros conhecimentos em um aspecto multidisciplinar, pode-se buscar soluções plausíveis para problemas pontuais e localizados que talvez seja ampliado e globalizados em um segundo momento. Ressalta-se que, diante dos modelos sóciopolíticos envolvidos, a sociedade civil conscientizada deve refletir sobre os meios de consumo e a civilização do descartável que estamos construindo. O indivíduo em seu íntimo delega seus deveres e responsabilidades buscando um “vilão” para seus atos e defeitos, considerando-se uma ilha de virtude. Muitas vezes grandes organizações são transformadas no malfeitor da sociedade moderna, esquecendo-se que por detrás existem pessoas movendo os atos e fatos destas entida-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

des. A sociedade veste uma máscara de inocente sobre um estado corrupto e insensível, sendo silenciosa em momentos de que necessita de uma voz de mudança, ciente que uma alteração nos hábitos e costumes é inevitável para transformação do planeta.

Enquanto muitos se dedicavam ao estudo de territórios como esboços de modelos maiores, outros se dedicaram em analisar as dinâmicas específicas destas regiões. Diante disso, considera-se o espaço como a dimensão material das relações sociais, tecido por relações passadas e remodelado por múltiplas iniciativas de seus atores (BENKO & LIPIETZ, 2000).

Nos modelos tradicionais, desenvolvimento era sinônimo de grandes indústrias, chaminés e milhares de empregados com empregos com pouco valor agregado e sem expectativa de crescimento. Contudo, este modelo apresenta-se em crise a partir da década de 70 do século passado em virtude dos problemas ambientais e sociais que surgiram, além da tecnologia da informação que alterou o perfil do trabalhador. Assim sendo, oportuniza-se a criação de um novo modelo, de uma nova concepção de crescimento e principalmente de desenvolvimento.

No debate sobre um novo modelo encontra-se desenvolvimento territorial, fruto da análise de alguns casos de sucessos em regiões específicas que prosperaram ignorando-se a crise presente. Nestes estudos encontra-se a necessidade de um foco interdisciplinar envolvendo geografia, economia, sociologia, engenharias e administração, pois as variáveis interagem e atuam de forma holística. Também se observa uma relação importante entre um novo modelo de desenvolvimento e o conceito de capital social, onde se refere sobre a confiança e reciprocidade da comunidade no favorecimento de um crescimento amplo, distributivo e consistente, originando o novo conceito de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento.

Segundo Van Bellen (2002, p.8) “em 1973 surge pela primeira vez o termo Ecodeenvolvimento, colocado como alternativa da concepção clássica de desenvolvimento. Alguns dos aspectos principais para formulação deste novo modelo foram articulados por Ignacy Sachs. Estes aspectos abordavam prioritariamente a questão da educação, da participação, da preservação dos recursos naturais juntamente com a satisfação das necessidades básicas”.

Frequentemente, quando se relaciona o desenvolvimento social de um território delega-se todo o encargo ao poder público, porém este possui apenas parte da responsabilidade, sendo o mercado e a sociedade também grande responsável. Neste aspecto, ao relacionar o desenvolvimento social com a sociedade faz-se necessário o incremento de um capital humano de cada indivíduo em um processo de aprendizado e empoderamento. Contudo, destaca-se também o capital social gerado das relações sociais e baseado em princípios de confiança e reciprocidade entre os atores envolvidos.

A incapacidade de cooperação, para proveito mútuo ou não, não necessariamente significa uma irracionalidade dos atores ou mesmo uma ignorância, mas a ênfase das sociedades no uso da força e na eficiência em detrimento da confiança. Desta forma, historicamente subestimou a cooperação voluntária e instituições colaborativas que funcionam de forma eficiente, evidenciando um capital social. Assim, a superação do dilema de ação coletiva depende menos do oportunismo e mais de um estoque de capital social construído historicamente com regras de reciprocidade (PUTNAM, 2000).

Portanto, percebe-se que a capacidade dos atores confiarem uns nos outros e regras básicas de reciprocidade formam um estoque de capital social que colabora para o desenvolvimento social de certo território. Adicionalmente, observa-se que o conceito de capital social,

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

que tem diversas concepções, não se “encaixa” dentro dos conceitos econômicos tradicionais relacionados com a escassez dos recursos. Contudo, dentro da própria economia existem alternativas para outras concepções de desenvolvimento social mais ampla, como nos elementos tratados por uma economia substantiva.

A economia substantiva aparece como uma re-conceituação a uma economia formal no caráter lógico do sentido meio-fim, onde o movimento não se limita a uma ação mecânica, mas de formas de institucionalização. Na institucionalização da economia existe a esfera doméstica, a redistribuição, a troca e a reciprocidade que pressupõe relações sociais de proximidade. Assim a economia substantiva constitui em conjunto de ações sociais e de diferentes comportamentos de econômicos, inclusive não monetários (POLANYI, 2000).

Todavia, encontra-se a possibilidades de complementaridade entre as abordagens do desenvolvimento territorial e do desenvolvimento sustentável, nascendo desta confluência um novo modelo de desenvolvimento. Admiti-se a existência de inúmeras contribuições para a construção de um campo de pesquisa e de ação em um novo modelo de desenvolvimento, que podem ser complementadas com diversos tópicos de pesquisa que relatam uma concepção substantiva de racionalidade. Contudo, reflete-se que a problemática do ator, não deve ser negligenciada, indicando-se o mapeamento dos sistemas de ação no território, associado com análise das ações coletivas, da estratégia coletiva e do ambiente interorganizacional como relevante para as considerações propostas.

Adicionalmente, infere-se que um novo modelo de desenvolvimento apresenta-se desafiador, pois requer a compreensão da complexidade entre os diversos níveis, do macro, passando pelo meso até o micro, das realidades sociais e individuais. Confere-se que a problemática da racionalidade nas organizações e do indivíduo defronte a um novo modelo de desenvolvimento remete a valores, a auto-realização, a autonomia e a interação, oportunizando não somente da compreensão, como também a ação.

3 ANÁLISE DAS RACIONALIDADES

A racionalidade instrumental tem sua essência no utilitarismo que tem uma ideologia de maximizar o bem-estar, ou seja, ampliar e aproximar os prazeres e minimizar e afastar as dores, sendo este princípio inerente de todo ser humano e uma lei universal. Neste contexto, todos os seres tinham uma unidade, um objetivo comum, um sentido único da vida, independente do tempo, local ou cultura que estavam inseridos. Observa-se que a ótica instrumental na academia também encontra reverberações, sendo desenvolvida como forma estável e controlada de desvendar o ser humano. A racionalidade instrumental tem uma visão de mundo como plenamente mensurável, ou seja, tudo pode ser calculado com precisão e pontualidade, sentimentos como prazer podem se tornar números.

Os principais críticos residem no fato de serem incalculáveis as variáveis propostas no cálculo instrumental, pelo fato de serem subjetivas, mas tratadas como objetivas. Entre os críticos destacam-se os ambientalistas, pois a racionalidade instrumental sub-avalia a relevância da natureza e propõe a possibilidade da utilização da mesma para o prazer humano. Apesar de variáveis temporais são mencionadas no cálculo, prevalece o prazer de curto prazo e pode gerar consequências dolorosas no longo prazo, limitando-se até a destruição da espécie e modo de vida como se conhece.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A racionalidade instrumental ignora a pluralidade e considera o dado como um elemento único, incontestável e inquestionável; sendo a verdade nele encontrada caso trabalhado de forma correta. Desta forma, ignoram todas as multiplicidades e diferentes visões que podem refletir em cada elemento; ao assumir esta crença referente à organização e acreditando que tudo pode ser calculado pontualmente para maximizar o bem-estar é que o racionalista instrumental depara-se com um modelo de desenvolvimento prioritariamente econômico.

Ao visualizar o desenvolvimento em uma racionalidade instrumental, as disciplinas se fecham, são fragmentadas e ao invés de transdisciplinaridade, fortalecendo as fronteiras, contudo, o campo real do desenvolvimento não é linear, e assim, um novo modelo de desenvolvimento contemporâneo transforma-se em paradigmas mais complexos, evidenciando a relevância do pluralismo para se estar em consonância com a natureza (MORIN, 1986).

A natureza caracterizada como um sistema dinâmico se mostra diversa ao homem que a evidencia e que se esforça no entendimento dos processos complexos e os interesses entram em reverberação com a investigação científica. Portanto, a ciência é um método de manusear a natureza tendo um empenho para entender e responder questões que homens e mulheres colocaram para si próprios. (PROGOGINE, 1997).

Vislumbrar um novo modelo de desenvolvimento em uma racionalidade substantiva requer o pressuposto da complexidade que significa profundidade. Deste modo, precisa-se analisar o social com a complexidade dos modelos com assim como no mundo real, de forma interdisciplinar.

Ao adotar o complexo em diversos traços, o paradigma da complexidade não profetiza o caos e a inteligibilidade, mas avalia a complexidade do problema estudado, utilizando-se as características multidimensionais da realidade estudada. Diante disso, posto que a complexidade caracteriza-se como oposto ao reducionista, subtrai-se à ingenuidade, que se exprimir para o observador em incerteza, pois sua lógica não está disponível, implicando na reunião de termos contraditórios (ordem-desordem). (MORIN, 1982).

A urgência do paradigma da complexidade em um novo modelo de desenvolvimento encontra-se em um apelo de que vários segmentos da ciência devem superar suas fronteiras, edificadas na origem de seu próprio desenvolvimento.

Entre os principais conceitos destacam-se (SERVA, 1992):

- A organização correlacionada com ordem e sistema.
- A auto-organização relacionada com uma desordem aleatória, perturbações e reorganizações.
- A autonomia elaborada diante de uma ordem paradoxal.
- A noção de evento ou acontecimento ligada ao acaso.

Adicionalmente, observa-se que as estruturas precisam de certa ordem, a desordem traz adaptabilidade e inovação, que são essenciais, pois no conhecimento está implícito um debate entre a racionalidade e o mundo, mas o dilema da desordem pode ser determinado em sua totalidade sendo claro a vivência de elementos informais (MORIN, 1986).

Portanto, observa-se que o desenvolvimento pode ser analisado em uma concepção linear, com um receituário pré-estabelecido, dentro de uma racionalidade funcionalista, onde a variável econômica domina integralmente, ou parcialmente, mas em desequilíbrio. Em contrapartida, pode-se conceituar o desenvolvimento completamente diferente, observando-se as diversas variáveis que afetam a qualidade de vida das pessoas. Diante do exposto, ressaltam-



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

se movimentos que estão na concepção de desenvolvimento de forma mais ampla estava relacionado a uma racionalidade mais substantiva.

Destaca-se que existem temas, áreas e dimensões ligadas ao desenvolvimento que poderiam ser analisadas ou compreendidas de forma mais substantiva a partir do estudo da racionalidade. A seguir apresenta-se um quadro onde se relacionam algumas dimensões, categorias e elementos relacionados ao estudo do Desenvolvimento:

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Dimensões	Categorias	Elementos
Socioespacial	Demografia	A densidade populacional
	Descentralização	A existência de serviços públicos e privados de forma descentralizada
	História coletiva	Os primeiros habitantes e o processo de colonização, os marcos históricos para o território e as representações.
Sociopolítica	Indicadores Sociais	Os indicadores de desenvolvimento humano, saúde e educação.
	Instituições	A existência de organizações públicas e da sociedade civil em prol das dimensões do desenvolvimento.
	Ação Pública	A percepção do papel de um Banco de Desenvolvimento.
Ambiental	Indicadores Ambientais	A utilização de indicadores ambientais nas decisões.
	Resíduos diversos	A emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos.
	Áreas de Proteção	A criação, manutenção e gestão de áreas de proteção ambiental.
Econômica	Indicadores Econômicos	Os indicadores econômicos do território
	Financiamento do desenvolvimento	A existência e exigências de fontes de recursos e programas de desenvolvimento.
	Atividades Financiadas	As principais atividades financiadas com recursos públicos no território.

QUADRO 1: Dimensões, categorias e elementos do Desenvolvimento

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando, as dimensões socioespaciais, sociopolíticas, ambientais e econômicas em múltiplas variáveis para o desenvolvimento e agregando as características de historicidade, memória coletiva e aspectos socioculturais típicas das diversas abordagens, apresenta-se um enfoque analítico que pode ser enriquecido pela análise da racionalidade.

Diante do exposto, observa-se que a viabilidade de aplicação do paradigma da complexidade na análise de um novo modelo de desenvolvimento apresenta-se bastante instigante. Contudo, uma miopia a favor da lógica instrumental imobiliza a teoria e prática gerencial.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Assim sendo, consideram-se os estudos que abordam uma racionalidade substantiva como complementares ao estudo do paradigma da complexidade.

Como oposição ao paradigma da complexidade encontra-se o um paradigma dominante que sua essência encontra-se no funcionalismo e utilitarismo, típicos de uma racionalidade instrumental. Neste universo, os aspectos observados apontam para necessidade de uma reflexão para um novo modelo de desenvolvimento relacionado com uma racionalidade substantiva.

Nos clássicos das Ciências Econômicas, ao tratar de desenvolvimento remete-se ao capitalismo e ao econômico, seja como forma de gerenciar uma prosperidade social, ou como forma de exploração da classe operária. Essa relação entre desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico não se encontra somente nos clássicos, sendo presente no ambiente contemporâneo em muitos grupos e indivíduos. Talvez o principal problema não resulte em associar o crescimento econômico com desenvolvimento, mais relacionar como sinônimo e como a única dimensão do desenvolvimento, derivando em um modelo tradicional de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas organizações evidencia-se em seu interior uma racionalidade instrumental ou substantiva de forma amálgama e holística. A racionalidade substantiva caracteriza-se pela auto-realização, o entendimento, o julgamento ético, a autenticidade e valores emancipatórios. No sentido completamente oposto, na racionalidade instrumental caracteriza-se pelo utilitarismo, busca de desempenho, hierarquias rígidas, cálculo e maximização dos recursos.

Destaca-se que ambas são opostas, porém entre os extremos existe um universo de possibilidades. Adicionalmente, observa-se uma relação entre a racionalidade e diferentes modelos de desenvolvimento, onde se encontra um modelo tradicional, preponderantemente econômico, utilitarista e calculista e outro modelo em construção baseado em valores.

Evidencia-se que o modelo de desenvolvimento tradicional resultou na precariedade da dimensão ambiental e social, o que direciona para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, englobando o território e a sociedade, sem negligenciar o aspecto ambiental, pois não teria continuidade no longo prazo.

No estudo objetivou-se analisar de forma teórica a racionalidade instrumental e substantiva na perspectiva do desenvolvimento, pois como são diferentes concepções de mundo, resulta-se em modelos de desenvolvimento completamente opostos, tanto dentro de novas formas organizacionais, como em organizações tradicionais.

Neste contexto, a análise realizada indica para a emergência de uma reflexão sobre um novo modelo de desenvolvimento relacionado com uma racionalidade substantiva, onde o processo de desenvolvimento deve estar relacionado com valores éticos e sociais.

Adicionalmente, o estudo da racionalidade auxilia a compreensão das dimensões, categorias e elementos do desenvolvimento de forma mais substantiva e interpretacionista.

Por fim, menciona-se que a sociedade civil encontra em um momento único, onde existe uma janela de oportunidade para a absorção de um novo modelo de desenvolvimento em

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

uma racionalidade substantiva. Nesta opção, uma nova lógica de desenvolvimento pode-se construir em um processo de emancipação e auto-realização amplo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoría de los estudios territoriales**. In: Manzanal, M.; Nieman, G.; Lattuada, M. (orgs.) Desarrollo rural : organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006.

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. In: **Revista de Administração Pública**. V.37. n.5. Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, 2003.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. **Géographie socio-économique ou économie géographique?** In : Benko, G. e Lipietz, Alain (orgs.) La richesse des régions – la nouvelle géographie socio-économique. Paris, PUF, 2000.

BIHR, A. **O pós-fordismo. Realidade ou ilusão ?**. In: Mosaico, ano 2, nº 1, vol. 1. 1999.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Lisboa : Europa-América, 1982.

_____. Complexité et organisation, in Audet, M. e Malouin, J.-L., **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1986.

PECQUEUR, B. **A guinada territorial da economia global**. In: Eisforia, v. 4, 2006.

PROGOGINE, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: UNB, 1997.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SERVA, M. **O paradigma da complexidade e a análise organizacional**, in Revista de Administração de Empresas, 32(2):26-35, abr/jun 1992.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

_____. **A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa.** In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, FGV, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr/jun 1997.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa.** Tese de Doutorado em Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2002.